

Universidade biopolítica; razões para novas lutas estudantis⁵⁹

Carlos Enrique Restrepo

Aos estudantes, por suas indeclináveis lutas

O tema que proponho abordar é o da relação entre Universidade e Poder, mais especificamente o da forma de poder contemporaneamente denominado biopolítica. Como espero delinear rapidamente, ainda que não o faça de forma propriamente rigorosa, a existência e as transformações da universidade resultam inseparáveis de certa história do poder, sedimentado mesmo nas formas atuais, o que torna necessário que se reveja para ganhar em compreensão – como em uma polaróide – do exato momento no qual nos encontramos hoje. Para tal, emprego o conceito geral de Biopolítica como estabelecido por Michel Foucault (2001; 2005; 2006), compreendido como exercício de poder sobre a vida, isto é, relativo às novas formações históricas nas quais a totalidade da vida (e não apenas aspectos parciais) passam a ser objetos da administração, gestão e cálculo do poder.

Trata-se de um poder que poderíamos sintetizar sob o aspecto de sua tripla articulação, a saber: um poder voltado ao mesmo tempo aos corpos, às condutas e às almas, em uma estratégia de captura na qual a própria vida (e não somente a vida humana) encontra-se submissa em sua totalidade. Para ir rapidamente, minha tese é simples: a situação contemporânea da universidade não é somente a do assédio ou abuso de grandes poderes aos quais ordinariamente associam-se um modelo de gestão biopolítica (por exemplo, capitalismo global, estado policial global), mas, além disso, a situação contemporânea da universidade é a do próprio dispositivo no qual se formam e sobre o qual se erguem os centros do poder da biopolítica: é como se o poder sobre a vida – na progressão de seu exercício – tivesse sua origem na universidade. Proponho-me, pois, delinear nesta exposição o lugar “privilegiado” na qual a universidade se encontra.

A proposta aqui é, pois, a de delinear nesta exposição o lugar privilegiado que a universidade ocupa hoje como centro dos centros do poder biopolítico: lugar privilegiado, tanto por aquilo que significa para os interesses que hoje disputam

59 Tradução do espanhol por Cristiano Fagundes.

o controle global do espaço universitário, também por aquela possibilidade que tal espaço oferece para o exercício global de resistência e contrapoder, que pode ser promovido e propagado desde ali até o resto do campo social, isto é, se ainda houver resquício da genuína força revolucionária característica das universidades. Para isto, pois, reconstruamos em uma versão ligeira e condensada a síntese das relações entre universidade e poder e a derivação biopolítica contemporânea.

Arqueologia da Universidade como elemento de Estado

Em uma idealização equivocada de si mesma, a universidade que surgiu na idade média (aos fins do século XII) foi tradicionalmente considerada autônoma e livre, e nesta medida, impermeável às intrusões do poder. Desta consideração surgem dois princípios aos quais nos acostumamos que diz respeito à definição da ideia de universidade, a saber 1) sua soberania incondicional e excepcional respeito aos poderes (na idade média, os poderes religiosos e monárquicos), e 2) a liberdade de investigação (*in vestigium ire*). Distante do ideal sobre a qual formou-se o conceito de universidade, a realidade de tais origens é bem diferente, é portanto necessário definir o surgimento da universidade de uma forma mais precisa⁶⁰: não somente está desde os primórdios sujeita ao assalto e captura ao serviço do poder (então concentrada entre as mãos do papado, do imperador ou rei), como se afirma um poder desde os primórdios, porque desde suas origens a universidade se auto-afirma como poder. O mestre Gonzalo Soto (2007) da Pontifícia Universidade Bolivariana nos faz lembrar com erudita precisão a relação específica que existe entre a universidade e o poder. Frente aos poderes dominantes de seu tempo, constituídos pelo sacerdócio (o papado) e o regnum (príncipes e imperadores), a universidade medieval surge como terceiro poder (*stadium*), justamente por aqueles que adotaram os ofícios do saber⁶¹, mas se o ofício do saber constituía uma salvaguarda frente aos outros poderes, é justamente porque

60 Em respeito a alguns de nossos próprios escritos também, em especial, *La destrucción de la universidad. Autonomía y éxodo del conocimiento hacia la universidad nómada*, publicado em: *La universidad por hacer. Perspectivas poshumanistas para tiempos de crisis*. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, 2013, p. 85-101; versão em português: “A destruição da universidade. Considerações sobre a universidade que vem”. En: *Lugar comum*, n. 37-38. Rio de Janeiro: Rede Universidade Nomade (LABTeC/ESS/UFRJ), 2012, p. 241-251.

61 “Ao surgir, a universidade é o terceiro poder medieval frente ao *Sacerdotium* (Papado) e o *Regnum* (príncipes y imperadores). Sua função serea a de preparar profissionais sábios (teólogos, advogados, canonistas, médicos...) que com sua sabedoria cumpram função chave na estruturação dos próprios saberes e da sociedade” (SOTO POSADA, 2007: 404).

este ofício é um poder por si mesmo, e é por isso mesmo que nos postulações foucauldianas nos chamam a jamais esquecer a relação que há entre poder e saber.

Por outro lado, sabemos que em toda sua organização medieval, a universidade é composta por quatro faculdades: a de Teologia, cuja proximidade com o poder pastoral a converte e ao longo dos séculos seguintes é tornada rainha dos saberes e da própria universidade; seguida por faculdades de Direito, Medicina e Artes Liberais, esta última logo convertida em Faculdade de Filosofia, da qual provirão distintos saberes específicos e disciplinas na Modernidade. Em princípio, não se deve entender esta divisão por faculdades como uma questão relativa ao poder; significa antes uma certa externalização das faculdades cognitivas, como se a universidade fosse uma objetivação da natureza humana separada em suas potências (como indica o termo “faculdade”), cada uma capaz de produzir em separado apenas alcances parciais, mas compondo um conjunto de funções orgânicas voltadas à composição de um todo. Seis séculos mais tarde, porém, o tema das faculdades é um problema estritamente relacionado ao poder. Referimo-nos especificamente ao surgimento da “universidade napoleônica” aos fins do século XVIII, momento no qual a universidade é anexada como função do Estado, de onde surge o modelo da universidade estatal (equivocadamente denominada universidade “popular” ou “pública”), cuja crise vivenciamos hoje. Se o paradigma deste novo modelo é a Universidade de Berlim (Universidades de Humboldt, Fichte, Schleiermacher e Hegel, fundada em 1810), sua genese remonta aos filósofos iluministas, especialmente Condorcet e Kant que, quase ao mesmo tempo – ainda que em latitudes diferentes – desenhavam-na em seus escritos: *As Cinco memórias* e o *Relatório sobre o ensino público* (1792-1794), no caso de Condorcet e o *Conflito das faculdades* (1794-1798) no caso de Kant (que exporei com maior amplitude⁶²).

Não menos que por uma questão de lógica, os escritos de Condorcet e de Kant, nos quais a Universidade se transforma em uma função de Estado, possuem algo em comum: o rechaço contra a supremacia da Faculdade de Teologia na universidade. Para a universidade pensada por Condorcet, a faculdade de teologia deve ser extinta sem ponderações em nome do ideal das Luzes; para Kant, por sua vez, não se trata de extingui-la, mas de submetê-la às suas limitações conquanto formada por outras faculdades, agora agrupadas sob o seguinte modelo de organização: três Faculdades ditas “Superiores” (Teologia, Direito, Medicina), seguidas

62 O conjunto de textos de Condorcet sobre o tema inclui las *Cinco memorias*, el *Informe* y el *Proyecto de Decreto* sobre o ensino público (Cf. Condorcet, 2001). Para o caso de Kant (1999), seguirá seu escrito canônico sobre a universidade intitulado *El conflicto de las facultades*.

pela Faculdade de Filosofia como “faculdade inferior”. O que está na base deste modelo é a questão do poder e, especialmente, o interesse em converter a universidade em uma garantia de sustentação do Estado, na medida em que as Faculdades (e especialmente as superiores) são consideradas por Kant como uma questão de governo. Desta forma, a universidade para Kant é uma tecnologia, ou melhor, um dispositivo de governo perfeitamente articulado na estratificação (mais que uma estrutura) das Faculdades. A superioridade das primeiras residirá no aspecto da manutenção da relação e ocupação direta de um lugar entre os poderes governamentais; a faculdade inferior, por sua vez, não ocuparia, ao menos em aparência, um lugar semelhante em distribuição e exercício de poder, mas representaria na verdade um lugar incômodo por seu caráter questionador do desempenho das demais faculdades e, por extensão, do próprio governo.

Assim, a função governamental das faculdades superiores não poderia ser mais alinhada à biopolítica: à faculdade de Teologia concerne o governo das almas; ao Direito o governo das condutas e costumes; à medicina o governo dos corpos, e não somente o trato de indivíduos, mas de toda a espécie. Seus representantes respectivos são o sacerdote, o juiz, o médico, que adiante serão como arcontes da cidade: os que repartem a pobre humanidade desmembrada naquilo que cada um dos respectivos poderes tomam para si: a salvação sob os auspícios da religião para o poder sacerdotal; a diretriz de costumes e condutas para o juiz; a saúde, doença e o corpo em si para o médico. Na descrição de Kant, esta tecnologia governamental à qual a universidade se presta e na qual o Estado surge como benfeitor da humanidade reza da seguinte forma:

Conforme a razão (ou seja, objetivamente), os meios que o governo pode utilizar para cumprir sua meta (ou seja, o de influenciar o povo) seriam os seguintes: em primeiro lugar com o bem eterno de cada um, seguindo-se do bem civil conquanto membro da sociedade e, finalmente, o bem corporal (vida longa e saúde). Através das doutrinas públicas que concernem o primeiro, o governo pode alçar uma enorme influência mesmo sobre os pensamentos mais íntimos e as decisões mais reservadas dos súditos, revelando aquelas e manipulando estas; por meio daquilo que concerne o segundo, mantém sua conduta externa sob a tutela das leis públicas; por meio do terceiro, assegura-se a subsistência de um povo forte e numeroso que seja útil aos seus propósitos. Seguindo a razão, entre as faculdades superiores deveria dar-se a hierarquia habitualmente admitida, a saber: primeiro a faculdade de Teologia, depois a de Direito e, finalmente, a de Medicina. Em contraposição, segundo o instinto natural, o médico deveria ser o personagem mais importante da espécie humana, tratando-se de quem prolonga sua vida, seguido do jurista, que se comprometeria em zelar pelos bens materiais

e, por último apenas (e quase ao umbral da morte), ainda que a dita eternidade esteja em jogo, convoca-se o sacerdote, pois este –mesmo prezando pela felicidade do mundo futuro, mas não provendo nenhum testemunho do mesmo– roga fervorosamente para que o médico permeneça alguns instantes mais no vale das lágrimas. (KANT, 1999:5-6).

Como percebemos, de forma sucinta, Kant destrona a Faculdade de Teologia e o primeiro lugar passa a ser ocupado pela faculdade de Medicina entre as superiores, assim modificando completamente a estrutura da universidade. Assim, a primeira das faculdades está a serviço daquilo que tenha uma importância imediata para a vida (biológica, terrena, corporal da espécie), enquanto as almas cabem como preocupação no eterno, sem que se negligencie o poder pastoral sobre o governo, ou seja, alcança “uma enorme influência mesmo sobre os pensamentos mais íntimos e as decisões mais reservadas dos súditos, revelando aquelas e manipulando estas”. Sobre as faculdades superiores, nos resta dizer que, sujeitas à função governamental, já não serão mais faculdades livres. Esta liberdade é perdida quando passam a depender dos órgãos de controle governamental e dos próprios mandatos condensados nos respectivos aparatos de discurso e nos jogos de verdade estabelecidos para cada Faculdade: o vademécum para o Médico, os códigos para o juiz, as escrituras sagradas para o poder pastoral⁶³.

Para a faculdade inferior ocorre todo o inverso. A de Filosofia não segue nenhum livro determinado e é *livre*, a ponto de poder deliberar sobre as outras faculdades (e o governo ele mesmo), mas que assim sendo é impotente, portanto, por não ocupar lugar algum na distribuição orgânica do poder. Deixemos a descrição da Faculdade de Filosofia para outro momento, cuja capacidade de julgar outras as obriga a mantê-la “afastada a respeitosa distância”, da mesma forma que a consideração segundo a qual o governo ilustrado não deverá temer a liberdade de raciocínio, sempre e quando esta faculdade se mantenha como inferior e conquanto mantenha a expressão de seus questionamentos entre os muros da univer-

63 O esquema kantiano pode ser considerado como o mesmo da obra de Foucault, e ainda, o esquema da biopolítica. Foucault segue uma distribuição idêntica em sua análise de poder, tanto da arqueologia como da genealogia e práticas em si. *A Historia de la locura, ou Enfermedad mental y personalidad, El poder psiquiátrico* tratam o assunto do saber médico; *Vigilar y castigar, La verdad y las formas jurídicas*, entre muitos outros textos, tratam de Direito, ou alguns como *La noción de individuo peligroso en la psiquiatría legal* tratam das hibridações entre Medicina e Direito em função do poder; e textos sobre a pastoral cristã, que poderíamos dizer tardios na reflexão de Foucault, são análises teológicas e de religião cristã segundo a herança ocidental. De certa forma, Foucault não pensa tanto a partir das disciplinas (como se acreditou), mas pensa seguindo o dispositivo kantiano da universidade como lugar de poder.

sidade apenas, sem incitar o povo à sublevação, motivado por assuntos sobre os quais – segundo Kant – nada entendem e deveriam ser deixados como discussões acadêmicas às quais tampouco conviria ao governo adentrar (e esta conferência é um bom exemplo disso).

Voltemos, pois, à nossa tese inicial. Desde o momento em que a universidade é anexada como “função do Estado”, esta passa a ocupar um lugar central no exercício de governo. E este governo que dirige corpos, condutas e almas desde os tempos de Kant, prefigura uma tecnologia biopolítica que, mediante o dispositivo das Faculdades Superiores, começa propriamente com a universidade.

Que isto seja uma reconstrução arqueológica da universidade, como a revisão de um assunto que deveria estar suficientemente claro para todos os universitários, e a partir do qual poderemos projetar algumas considerações sobre o contemporâneo.

O novo ecúmeno: o Capital

Como sabemos, a faculdade de Teologia, salvo em alguns casos, terminou por desaparecer das universidades de Estado, apesar da tentativa de Kant de mantê-la como função de governo. Entre outros motivos, porque o poder pastoral não é uma função de Estado por própria natureza, mas referente a um poder tão grande ou superior ao do Estado, considerando que não é um poder temporal, mas destinado à eternidade e contra o qual o Estado eventualmente entra em litígio, aspecto que conhecemos na forma de divisão das grandes massas de poder que são Igreja e Estado, cujo tratamento em todo caso não cabe a este plano. Como quer que seja, o certo é que, contra as pretensões de Kant, a decisão de Condorcet de retirar a teologia das universidades de Estado e torná-la uma faculdade à parte como é hoje, apenas relevante às universidades confessionais (católicas e protestantes), onde mantém – ainda que timidamente – seu papel de Faculdade fundadora e senhora da Universidade, prevaleceu.

Não obstante esta supressão, a universidade nunca deixou de prestar o serviço de governança das almas, mas esta faculdade foi transferida a uma terceira e nova faculdade, surgida no desenvolvimento das novas forças sociais no século XIX, segundo os novos conhecimentos estatais: a Faculdade de Economia que passou paulatinamente a ocupar o lugar vazio deixado pela Teologia na distribuição orgânica do poder estatal emanado da universidade.

Ao tratar de economia referimo-nos ao seu sentido amplo, não somente o da Faculdade, de sorte que seu campo pode compreender outros saberes e disciplinas formadas no século XIX e XX em suas múltiplas hibridações (por exem-

plo, a estatística e sua hibridação com Medicina no controle da saúde pública), e a cujo campo deveriam se somar as Ciências Sociais, as Escolas Técnicas e de Engenharia, cuja finalidade antiga tem sido essencialmente militar, até quando é tornado possível outro tipo de apropriação do saber e do fazer para o implacável uso e proveito governamental⁶⁴.

Adotemos, pois, o conceito de economia como formulado por Aristóteles (Pol.1253b 1-10), para quem, segundo Giorgio Agamben, três tipos de relações são englobadas: “as relações despóticas entre mestres e escravos (que geralmente incluem a direção de uma fazenda agrícola de grandes proporções), as relações patriarcais entre pais e filhos e as relações conjugais entre marido e mulher” (AGAMBEN, 2008:41). Vale recordar que estas relações são o objeto primordial da economia, e os bens materiais e relações de produção são apenas extensões destas, assimilando-a tanto à função governamental quanto ao poder pastoral. São, de fato, muitos os autores que postularam por uma gênese teológica não somente relativa ao Estado sob o modelo da soberania, caso de Carl Schmitt (2009); há igualmente o da gênese da economia sob o modelo teológico, como é o caso de Max Weber (2004) em seu estudo sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, e o de Giorgio Agamben que citamos, seguindo os preceitos de “O reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e de governo”.

Na modernidade, a economia fez parte da teoria de Estado principalmente desde o Iluminismo, adotado sob forma de “economia política” (veja-se exemplo de Rousseau com seu artigo de Economia para a Enciclopédia de Diderot e D’Alembert). Isto significa que a economia era tema de Estado, por exemplo, sob forma de finanças públicas e outras matérias. Convertida, no entanto, em Faculdade universitária desde o século XIX, a economia permitiu a formação de um poder ainda superior ao do Estado, a saber: o novo ecúmeno ao qual desde os tempos de Marx chamamos genericamente de O Capital. Em um aspecto essencial, as relações de poder redistribuem-se com este novo saber, a ponto que a economia deixa de ser uma função de Estado para tornar-se, por sua vez, função intermediária da

64 Notar que o surgimento da universidade napoleônica acompanha a tremenda organização das escolas técnicas. Por outro lado, Jacques Derrida (1997) descreveu este dispositivo militar com precisão, dos saberes de engenharia e técnico, que, segundo ele, extento atualmente à toda universidade sob a forma de investigação e pesquisa, dispositivo “mais sensível nos países onde a política de pesquisa depende estreitamente de estruturas estatais ou nacionalizadas, mas cujas condições resultam cada vez mais homogêneas entre todas as sociedades industrializadas de tecnologia avançada”. (DERRIDA, 1997: 127). Para outra tradução, cf. Derrida, 1984.

economia, de forma que a antiga economia política é substituída, como ocorre, por uma política econômica.

Durante o século XIX, nutrida por novas forças e apoiada nos novos saberes, a economia tomou por objeto a produção sob a forma primária do trabalho material e, concretamente, sob a forma de exploração, como foi magistralmente descrito por Marx, cujo legado tem sido contribuição decisiva à emancipação da humanidade. Atualmente, or sua vez, a economia voltou-se para o controle de outras formas de produção como é o caso com o trabalho imaterial, uma vez esgotadas as fases prévias do capitalismo artesanal e agrícola e do capitalismo industrial, até chegar à fase do capitalismo na qual hoje nos encontramos: no capitalismo cognitivo⁶⁵.

Neste contexto, um novo governo (não mais estatal) se volta sobre a universidade ocupando todos seus espaços, ritmando todos seus movimentos, administrando o conjunto dos saberes: a organização corporativa ou empresarial do capital global, aquela que nos dias de hoje escraviza a largos passos a finada dita “autonomia” da universidade. Mais uma vez, ainda que de modo mais terrível, a universidade é anexada ao circuito de produção e de manutenção de um novo poder: o novo controle biopolítico dos corpos, das condutas, das almas, submetidos a um dispositivo de gestão e cálculo racional, quando os conhecimentos, os talentos, as capacidades, as forças criativas tornam-se genuinamente em fonte de valor, e como tais em um novo objeto de exploração. Este modelo de gestão extenso a todo campo social começa em aquelas que nunca deixaram de ser Faculdades Superiores universitárias: o Direito, dedicado à manutenção da hiperinflação normativa e do poder de Estado em sua forma integral de lei; a Medicina, voltando hoje a ser um verdadeiro flagelo dedicado ao controle populacional sob os rigores da medicalização permanente – caso da psiquiatria, encarregada de dominar toda resistência e calar todo pequeno foco discrepante⁶⁶, mas especialmente com a fa-

65 Para o desenvolvimento desta concepção de capitalismo, vejam-se os trabalhos dos filósofos italianos Toni Negri, Paolo Virno, Franco Berardi (Bifo), Maurizio Lazzarato, Cristian Marazzi, Giuseppe Cocco, Sandro Mezzadra, Gigi Roggero, entre outros.

66 A este respeito vale recordar a advertência brutal de Steven Rose (2008) em seu livro *Tu cerebro mañana* sobre uso político da medicina, tornada, aliás, requisito à “prática pedagógica”: “Junto à produção lícita e ilícita de novos empoderadores do estado de espírito e novas pilulas da felicidade para que nos sintamos ‘melhor que bem’, o futuro oferece possibilidade que uma população inteira vague sem rumo pela vida, imersa numa neblina de satisfação induzida por drogas, em conformidade com as perspectivas de seu próprio futuro o de um futuro geral de sociedade, com neuro-tecnologia pronta a eliminar os pequenos tremores de discrepância que ainda resistem, formando desta maneira parte do formidável arsenal de meios estatais de

culdade de economia, nova senhora dedicada a manter e garantir a dívida infinita, mais longa e irredimível que o próprio pecado original; totalidade referendada por um espaço policial global (o “monopólio legal da força”) sob a vigilância da qual vemos desfilarem a silenciosa procissão de acadêmicos, seres cinzentos ocupados demais com o escaneamento de seus diplomas, excessivamente assentados no paraíso pequeno-burguês do conforto professoral, desleixados diante da tarefa de incomodar os agentes da mensuração, da estandarização, da creditação, da indexação e outras cosméticas que hoje comandam a vida universitária: uma vida cada vez mais irreconhecível, cada vez mais desapaixonada, cada vez mais funcional e rotineira, onde a única coisa que vemos passar é a chegada de um novo modelo, a expectativa de uma nova bolsa e um corpo docente tão despotenciado quanto seus discursos, sob o canto das sereias da inovação e da investigação.

Voltando, portanto, ao concreto, as perguntas que nos concernem diretamente a nós, aqui e agora: o que realmente estamos fazendo de nosso ser universitário? O que é, à luz da micro-história do saber e do poder, que estamos fazendo da faculdade? À faculdade? A pergunta não parte apenas de quem ocupa uma cadeira na Faculdade de Filosofia, seria uma torpeza imperdoável crer ao pé da letra de Kant, para quem a filosofia não possui uma relação semelhante à das outras e a relação destas com o poder. A filosofia também tem seu papel na manutenção do poder, especialmente sob a forma da racionalidade que carcome todas as faculdades de filosofia no mundo: a filosofia política do liberalismo. A filosofia se matém perfeitamente sob a sombra dos poderes, e quando não, ocupa discretos lugares mantendo estreitas relações com os centros de poder universitário. A filosofia também serve ao entrelace biopolítico em razão do uso e direcionamento do discurso da cristalização dos saberes (pragmatismo, positivismo, epistemologia) sobre os quais, por sua vez, se fundamentam os poderes cujo exercício começa na universidade.

A filosofia não permanece imaculada em respeito à construção e uso dos poderes, ou respeito à função governamental. A filosofia institucionalizada, a filosofia de professores tornada tribunal de razão é anexa ao conjunto de instrumentalizações e cálculos da condição biopolítica contemporânea. Tanto que até mesmo a economia se serve dela em discursos como o da ética empresarial, responsabilidade social corporativa, políticas públicas, empreendedorismo e administração de si! Tudo para difundir entre nós, filósofos em livres faculdades impotentes e

controle”. Para uma amostra deste “poder psiquiátrico”, conferir entre outros o documentário: *La psiquiatría, industria de la muerte*, disponível em: www.youtube.com/watch?v=7Wbmyw-IREZA

o grosso dos universitários, uma única questão: o que fazemos nós, aqui e agora, neste entrelace de poderes à que serve a universidade? O que será de nossa liberdade, o que é de nossa potência – diferente, diga-se, do poder? Ou será que nos cabe apenas o lugar da impotência, o mais indigno quando atingimos as liberdades do pensamento?

Biopolítica da vida profissional: razões para nova lutas estudantis

De sua parte e no contexto citado, os estudantes universitários deixaram de ser o que eram, ou seja, jovens em formação, para se converterem em trabalhadores precários desde o momento em que adentram a universidade. Isto se confirma na medida em que a forma com a qual os estudantes integram os sistemas universitários de pesquisa (programas para a juventude universitária, grupos de pesquisa com projetos financiados, etc). A inserção dos universitários em tais sistemas coloca em evidência as tensões e contradições entre pesquisa livre e pesquisa dirigida, isto é, entre o conhecimento vivo – cuja própria condição é a autonomia – e sua validação, reconhecimento e gestão institucional, seja mediante a supervisão ministerial ou subalternos, vice-reitorias e sistemas universitários de pesquisa.

É por isto que ao invés de gravitar as discussões em torno às formas jurídicas (caso atual das lutas contra a interminável reforma universitária vigente em todo o mundo), mais urgente seria interrogar o estatuto da produção de saber em sua transição para a “universidade investigativa”, até a “sociedade do conhecimento”, na qual se torne objeto de decisões políticas à medida em que sofre o permanente assédio de apropriação do capital.

Neste contexto, a “gestão” das forças vivas do pensamento e criatividade dos jovens passa pelo crivo e seleção de prospecções, naquilo que é uma intervenção direta sobre o novo meio de competência universitário. A política de pesquisa torna-se, pois, redistribuidora de fluxos de formação e trabalho de conhecimento, em uma longa série de mediações e ascensões (estudantes destacados, prospectos, becários, magistratura, jovens pesquisadores, pesquisadores junior, associados, sênior e demais *subtipos* e requisitos) que, na cosmética promessa do “êxito” profissional (trabalho-remuneração) e no reforço dos incentivos (financiamentos de projetos, garantias de acesso, becas), dissolvem os termos que outrora a profissão representava, relançada ao calvário da qualificação e formação permanentes. Assim, o sistema estabelece um mecanismo perverso que combina reconhecimento e exploração, enquanto subordina o “projeto” da juventude (vida profissional) a se moldar sob a observação minuciosa dos quesitos de seleção em cada uma de todas suas instâncias de validação.

Para Gigi Roggero (2013), tudo ocorre quando a produção de saber é recodificada sob a racionalidade empresarial do custo-benefício, inscrita portanto no circuito do mercado global de educação. Neste caso há que se reconhecer que, sendo como os produtores de conhecimento o são, os estudantes já não são mais considerados como força de trabalho como aprendizes, mas imediatamente trabalhadores precários sob os mesmos princípios de formação.

A rede de exploração que se pressupõe, no entanto, é que somente a profissão não basta; que a antiga garantia de título universitário para o exercício laboral fica rendida à sua própria insignificância; que o futuro como profissional e expectativas concomitantes de realização foram confiscadas por um abstrato sistema de subalternidades e patentes, a começar pela subordinação direta dos estudantes promovidos ou recrutados por um Grupo, um projeto ou um professor (líder), sob o complexo funcionamento que, além dos requisitos méritos acadêmicos, impõe seu compasso no aparato administrativo, o penoso caminho das convocatórias e concursos, revisionismos constantes de avaliações e acréscimo individual da dívida em educação pós-graduanda e, no final, os rigores do tempo morto das papeladas e despachos com os quais se forja a vida do estudante como trabalhador. Em contrapartida, o sistema ameaça constantemente com a possibilidade de fracasso ao manter marginalizadas franjas de estudantes e profissionais: os “condenados da terra” nos prédios de pesquisa institucional, os que engrossam a “população flutuante” do cognitariado mais precário (os “não-aptos”, os grupúsculos de estudos arcaicos românticos, os “semeadores” ingerminados, os profissionais desempregados, a massa mercenária e desesperada do professorado horista...)

Práticas cotidianas como a do fomento à pesquisa e investigação são na realidade parte de um processo de seleção natural e luta na existência contar a qual se digladiam atualmente os estudantes universitários, mas ao mesmo tempo uma instância incubadora e lançadora ao circuito de exploração constituído na gramática ministerial do modelo linear de inovação (I+D) e política de ciência e tecnologia (CeT). Por esta razão, a luta dos estudantes deve ser reivindicação autonomista, por cenários de investigação livre no alvorecer do capitalismo cognitivo que, em última instância, depende da produção de saber como fonte genuína de valor.

O que vemos prefigura-se em uma luta por conhecimento que deve prolongar-se em movimento de fuga e êxodo, toda vez que “nas novas hierarquias sociais e composição emergente de classe, a universidade não é o único lugar onde se produz conhecimento e cultura” (ROGGERO, 2012). A Universidade foi excedida por fluxos de produção de saber, disseminados por todo campo social, desenvolvidos sem hierarquias de classe e espaços, cenários alternativos de co-

operação, capazes, portanto, de produzir novas formas de organização e novos meios de expressão. Hoje, trata-se antes de fortalecer a autonomia do conhecimento vivo em uma autêntica revolução do conhecimento vivo. O cognitariado, os estudantes em especial, devem ser capazes de versar entre as gretas do sistema o deságüe de suas forças vivas (o talento), longes de um modelo de gestão do qual o saber humano nunca careceu para se desenvolver, mas que acabamos por naturalizar ao longo de séculos de anexações da universidade como função do Estado e no momento de sua integração capitalista ao mundo empresarial.

Finalmente, também é nossa responsabilidade como professores, não nos prestarmos mais a este modelo de gestão que vampiriza cérebros, corpos e integridade da vida dos estudantes, que lhes rouba as almas aplacando-as contra as andanças burocráticas da pesquisa universitária, cuja função é justamente a de articular a transição à forma empresarial ou corporativa da universidade. À medida da nomadização e do êxodo, entretanto, há de se retornar às formas apenas aparentemente caducas do Sábio aficionado, do autodidata, à relação entre mestre e discípulo, mas também potencializar as práticas coletivas do acesso aberto nas quais, sem guardar para si os segredos da profissão, técnicas, idéias únicas a primeira vista dos projetos institucionais, acontece o milagre da educação concebida mais em forma de produção social e como ato de solidariedade e dádiva. Os estudantes terão de exigir de seus professores a coerência com o dever que Nietzsche prescrevia, se ainda for o caso de manter as escolas: “Seus verdadeiros educadores e formadores te revelam qual é o autêntico sentido originário e a matéria fundamental do teu ser, algo que de forma alguma pode ser educado ou formado e, em qualquer caso, dificilmente acessível, capturável, paralisável; seus educadores não podem ser outra coisa senão teus libertadores. Eis aí o segredo de toda formação”.

■..... **Carlos Henrique Restrepo**, participa da Universidad Nómada Colombia, é professor do Instituto de Filosofia da Universidade de Antióquia (Medelim-Colômbia). Esta conferencia é produto de reflexões realizadas no Seminario de qualificação: “La Universidad sin condición”. Foi lída na Universidade Industrial de Santander em 17 de setembro de 2013, ao marco da Cátedra Doutoral: “Pensar la Universidad”, co-organizada com a Universidade Pedagógica Nacional, sob coordenação dos profesores Sonia Gamboa (UIS) e Germán Vargas Guillén (UPN).

Tradutor:

Cristiano Fagundes

Referências:

AGAMBEN, G. (2008) *El reino y la gloria. Una genealogía teológica de la economía y del gobierno*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo.

BERARDI, F. (2003) *La fábrica de la infelicidad. Nuevas formas de trabajo y movimiento global*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

_____. (2005) “Del intelectual orgánico a la formación del cognitariado”. In: *Archipiélago*, n. 66. Dossier: “¿Qué significa hoy pensar políticamente?”, p. 57-67.

CONDORCET. (2001) *Cinco memorias sobre la instrucción pública y otros escritos*. Madrid: Morata.

DERRIDA, J. (1984) “El principio de razón: La universidad en los ojos de sus pupilo/as”. Trad. Bruno Mazzoldi y Ramiro Pabón Díaz. In: *Nómade*, n. 3. San Juan de Pasto, Universidad de Nariño.

_____. (1997) “Las pupilas de la universidad. El principio de razón y la idea de la universidad”. In: *Cómo no hablar y otros textos*. Trad. Cristina de Peretti. Barcelona, Proyecto A Ediciones, p. 117-138. Disponible em: <http://www.jacquesderrida.com.ar>.

Edu-Factory & Universidad Nómada (2010). *La universidad en conflicto. Capturas y fugas en el mercado global del saber*. Madrid: Traficantes de sueños.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, J. et al (2013). *De la nueva miseria. La universidad en crisis y la nueva rebelión estudiantil*. Madrid: Akal.

FOUCAULT, M. (2001) *Defender la sociedad* (Clase del 17 de marzo de 1976). México: F.C.E., pp. 217-237.

_____. (2005) “Derecho de muerte y poder sobre la vida”. En: *Historia de la sexualidad I: La voluntad de saber*. México: Siglo XXI, pp. 161-194.

_____. (2006) *Seguridad, territorio, población*. México: F.C.E.

KANT, I. (1999) *El conflicto de las facultades de filosofía y teología*. Madrid: Trotta.

LAZZARATO, M. (2013) *La fábrica del hombre endeudado*. Buenos Aires: Amorrortu.

MARX, K. (1972) “Fragmento sobre las máquinas”. In: *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, Vol. 2. Trad. Pedro Scaron. México: Siglo XXI, pp. 216-230.

NIETZSCHE, F. (1999) *Schopenhauer como educador*. Trad. Luis Moreno Claros. Madrid: Valdemar.

PEÑALVER GÓMEZ, P. (2011) “Upsalón. Acerca de las ventajas y los inconvenientes de la filosofía inmersa en las universidades”. In: *El Catoblepas. Revista crítica del presente*, n. 108. Disponible em: <http://www.nodulo.org/ec/2011/n108p01.htm>

ROGGERO, G. (2005) *Intelligenze fuggitive: movimento contro l'università azienda*. Italia: Manifestolibri.

_____. (2011) *The Production of Living Knowledge: The Crisis of the University and the Transformation of Labor in Europe and North America*. Philadelphia: Temple University Press.

_____. (2012) “La autonomía del conocimiento vivo en la universidad-metrópolis”. Trad. Marcelo Expósito. *Revista Debates*, n. 62. Medellín: UdeA, pp. 69-74.

_____. (2013). *La revolución del conocimiento vivo*. Trad. Esther Juliana Vargas (en este volumen). Versión en inglés en: <http://viewpointmag.com/2012/07/09/the-revolution-of-living-knowledge/>

SCHMITT, C. (2009) *Teología política*. Madrid: Trotta.

SOTO POSADA, G. (2007) *Filosofía medieval*. Bogotá: San Pablo & UPN.

VIRNO, P. (2003) *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Madrid: Traficantes de Sueños.

WEBER, M. (2004) *La ética protestante y el espíritu de capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial.